



**Escola Nacional de
Administração Pública**

Especialização em Gestão de Políticas Agropecuárias

1. Identificação

Nome do Curso: Especialização em Gestão de Políticas Agropecuárias

Área de Estudo: Gestão

Áreas e subáreas do conhecimento:

6.02.02.00-9 Administração Pública

6.02.02.03-3 Política e Planejamento Governamentais

7.09.00.00-0 Ciência Política

Modalidade: Presencial

Instituição Promotora: Enap (em parceria com a Enagro)

Número de vagas:

30 (trinta) vagas, sendo 2 (duas) reservadas para pessoas com deficiência.

Local de realização: Enap campus Asa Sul

Portaria de Credenciamento:

Portaria nº 660 do Ministério da Educação, de 22 de maio de 2017

2. Apresentação

Este documento apresenta a concepção, finalidade e organização curricular do Curso de Especialização em Gestão de Políticas Agropecuárias da Escola Nacional de Administração Pública (Enap), uma escola de governo do Poder Executivo Federal, que oferece formação e aperfeiçoamento em Administração Pública a servidores públicos federais.

O Curso de Especialização em Gestão de Políticas Agropecuárias está inserido no contexto dos demais cursos de Especialização *Lato Sensu* da Enap, que visam à qualificação do quadro de servidores públicos federais de nível superior em competências no campo da gestão pública. Esses cursos têm por objetivo proporcionar a servidores, com formações nas mais diversas áreas do conhecimento, a oportunidade de aprimorar conhecimentos de caráter interdisciplinar, com foco nas questões gerais e estruturantes do campo da gestão pública, qualificando-os para uma atuação mais abrangente no serviço público federal.

O Curso de Especialização em Gestão de Políticas Agropecuárias é um curso de Pós-Graduação *Latu senso*, de oferta presencial e sua primeira edição está prevista para o período de 2018-2019. Com este curso a ENAP busca atender à demanda crescente por cursos de pós-graduação para servidores que atuam no amplo conjunto de instituições públicas federais que tratam da gestão de políticas públicas que afetam o setor agropecuário brasileiro. Esta demanda está associada à necessidade dos órgãos públicos de dotarem seus quadros de competências cada vez mais complexas, envolvendo capacidade de análise dos desafios postos para a Administração Pública em um contexto de mudanças, que coloca a necessidade de novos arranjos organizacionais, coordenação intra, inter e extragovernamental, gestão participativa e inovação constante na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas. Busca-se o desenvolvimento de

competências que se espera estarem presentes em profissionais capazes de assumir ou que já ocupam cargos de direção e assessoramento superior.

Os projetos pedagógicos dos cursos de especialização da Enap são produtos de um esforço institucional de compreensão das exigências de conhecimento na Administração Pública, visando o desenvolvimento das capacidades dos servidores para prover um Estado democrático, participativo, gerido com zelo, mas também com audácia, para incorporar novos temas. Com isso, a Enap busca estimular servidores públicos federais a tomar decisões em ambiente cujas incertezas tendem cada vez mais a serem a regra e não a exceção.

A organização deste documento pauta-se na visão de que o Projeto Pedagógico de um curso é fruto de um esforço coletivo e institucional. Contribuíram para esta proposta a Coordenação de Pós-Graduação *Lato Sensu* da Enap, dois servidores públicos da Enagro, um pesquisador da Embrapa e um servidor público do Ministério do Meio Ambiente. Foram realizadas duas oficinas para discussão de seus princípios, das práticas pedagógicas e da estrutura curricular. Esta proposta de Projeto Pedagógico buscou incorporar e compatibilizar todas as sugestões feitas.

3. Objetivos

Ampliar a competência de servidores públicos federais e empregados públicos federais para gerenciar e atuar como agentes de gestão de políticas públicas para o setor agropecuário visando a melhoria dos processos, com ações transversais e integradoras no âmbito federal, estadual e municipal.

3.1 Competências e habilidades

- Desenvolver conhecimentos e habilidades do servidor que lhe forneçam uma visão sistêmica e abrangente das atividades relacionadas à gestão de políticas agropecuárias de forma integrada à estratégia da organização, seus serviços, processos, cultura e pessoas;
- Desenvolver conhecimentos e habilidades do servidor que lhe possibilitem compreender a relação da agricultura com o ambiente e seu papel no desenvolvimento econômico e social do país;
- Desenvolver conhecimentos e habilidades do servidor que lhe estimulem distinguir e analisar a aplicação de instrumentos de política e gestão adequados para os diferentes ambientes, situações e sistemas agrícolas;
- Desenvolver conhecimentos e habilidades do servidor que lhe permitam fortalecer as competências para formular, implementar, monitorar e avaliar políticas públicas para o setor agropecuário e sua interação com políticas públicas voltadas para os demais setores produtivos;
- Desenvolver conhecimentos e habilidades do servidor que lhe permitam construir sinergias entre agentes e instituições relacionadas com o setor agropecuário;
- Desenvolver conhecimentos e habilidades do servidor que lhe permitam compreender os riscos e oportunidades, atuais e futuros, enfrentados por organizações públicas, direta e indiretamente relacionadas com o setor agropecuário, para elaboração e ou revisão de políticas públicas, visando a implantação de estratégias para o desenvolvimento brasileiro com sustentabilidade ambiental, econômica e social;

- Estimular a interação entre servidores públicos federais e empregados públicos federais que atuam no setor agropecuário com professores do curso, por meio de atividades em grupo, visando a mútua compreensão da diversidade das políticas que afetam o setor agropecuário e as especificidades do setor.

4. Fundamentos da Proposta

Políticas públicas agropecuárias são formas de intervenção do Estado, através de mecanismos de participação, que servem de orientação para instrumentalizar, regular e amparar a produção agrícola nacional. No Brasil, pode-se afirmar que a agricultura é o setor econômico onde se dá a maior interferência do Estado. E isto se justifica, porque além de ser a atividade de maior risco (decorrente de incertezas do clima e do mercado, principalmente) quando comparada com atividades industriais e comerciais, é o setor responsável por fornecer produtos primários, em especial alimentos, para o país.

O Brasil é um dos grandes produtores de alimentos, tanto commodities como não commodities, e conta com uma grande diversidade de sistemas regionais de produção de alimentos. Estes envolvem pequenos, médios e grandes produtores rurais. Mas esta divisão camufla uma característica comum a todos os sistemas de produção agrícola: todos os produtores rurais geram suas unidades de produção, precisam respeitar a legislação (ambiental, trabalhista, fiscal, sanitária etc), fazem limpeza de áreas de plantio, preparam o solo, semeiam/plantam, criam e alimentam animais, controlam organismos indesejados, processam seus produtos e precisam ter renda resultante de seu trabalho.

Portanto, todos produzem num contexto de muitas particularidades dada a dependência estrutural da agropecuária de condições ambientais, que introduzem descontinuidades na atividade produtiva, impõem um tempo de produção maior que o tempo de trabalho e reduzem a lucratividade da produção agrícola. Ou seja, a produção agropecuária depende quase que totalmente das condições climáticas para a obtenção de boas ou más safras; a receita bruta é maior em períodos de más safras e tende a se reduzir em períodos de grandes safras; e a demanda por alimentos do setor agrícola é praticamente inelástica em relação à renda, enquanto que a demanda por produtos industriais, incluindo alimentos, é bastante elástica em relação à renda.

Atualmente, a política agrícola brasileira envolve distintos ministérios (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, Casa Civil, Ministério da Economia, Ministério do Meio Ambiente, entre outros). Quem define os parâmetros a serem observados na implementação dos instrumentos da política agrícola, bem como operacionaliza as diretrizes do Plano Agrícola e Pecuário, por meio de suas secretarias e órgãos, é o MAPA. Cabe, portanto, a ele o papel estratégico de conduzir a política agrícola brasileira, visando regular os mercados agrícolas, garantindo preços e rendas para os agricultores, e estimular a produção doméstica, de modo que o abastecimento alimentar, especialmente urbano, não seja comprometido pela escassez de produtos e por preços internos muito elevados.

O papel do MAPA e dos demais órgãos que definem políticas que afetam diretamente o setor agropecuário é mais difícil do que parece. Isto porque as políticas para o setor e o contexto no qual se inserem, historicamente oscilam entre o combate à escassez e a administração da produção excedente. Além disso, atualmente novas demandas estão sendo impostas à agricultura. No plano interno, constata-se um aumento da demanda por produtos agrícolas saudáveis e saudios, e uma retomada do crescimento do consumo de agroenergia. No plano

externo, e impulsionado pelas demandas da Ásia, do Oriente Médio e da Rússia, entre outros países, observa-se um forte aumento da demanda por proteínas vegetais e animais.

Portanto, entende-se que o curso de especialização oferecido pela Enap para servidores públicos federais e empregados públicos federais que atuam como agentes de gestão de políticas públicas para o setor agropecuário deve se apoiar em disciplinas e atividades didático-pedagógicas que permitam aos envolvidos:

- Compreender a dependência que o produto agrícola tem do ambiente onde é produzido, bem como os impactos da atividade agrícola no ambiente natural, no clima e nas cidades;
- Entender o papel da agricultura no desenvolvimento da humanidade e em particular do Brasil, onde, fora o ciclo do ouro e das pedras preciosas, o setor agropecuário tem historicamente papel fundamental na economia nacional, principalmente com a exportação de cana de açúcar, cacau, borracha, algodão, café e, mais recentemente, soja e milho;
- Compreender o papel que as grandes transformações econômicas, técnicas e demográficas dos últimos séculos, especialmente a partir do século XVII, têm no desenvolvimento das formas de se fazer agricultura conhecidas hoje em dia, as quais transformaram a função principal de parte dos sistemas agrícolas, de produtor apenas de alimentos em produtor de alimentos e mercadorias, sendo elas alimentos ou não;
- Conhecer a diversidade de sistemas agropecuários que podem existir em um país tropical de dimensões continentais (diversidade de biomas e de paisagens, diversidade cultural dos grupos sociais envolvidos e diversidade de tecnologias adotadas, da enxada aos robôs e drones), bem como as multifuncionalidades do setor agropecuário e sua interdependência da economia local, nacional e internacional;
- Compreender os desafios que são impostos por políticas de intensificação da produção e políticas de expansão das áreas agricultadas, bem como os desafios decorrentes do aumento da população que exige aumento da produção e eficiência na distribuição do alimento;
- Compreender os limites ambientais e socioeconômicos do crescimento da produção agrícola (aumento de produção x formação de preços agrícolas x crescimento da população urbana);
- Entender a importância dos sistemas agrícolas integrados, da agricultura de baixa emissão de carbono, do acesso democrático à terra, da geração de renda justa e do consumo responsável para manutenção do equilíbrio social, ambiental e econômico;
- Compreender que a eficiência e a eficácia dos sistemas agrícolas contemporâneos dependem mais de princípios científicos (tais como conceitos de sistemas autônomos e sistemas heterônomos, de sucessão ecológica e alteração da estrutura da comunidade ao longo do tempo, leis da termodinâmica e da conservação da energia) do que de lógica de mercado;
- Compreender que as diferentes políticas que afetam o setor agropecuário e que adotam estratégias distintas, devem a rigor possuir um objetivo comum que é tornar a agricultura socialmente mais justa e ambientalmente sustentável.

5. Público-alvo

O curso é destinado a servidores públicos ocupantes de cargo efetivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, empregados públicos concursados de entidades vinculadas a este ministério e demais servidores públicos federais ocupantes de cargo efetivo, empregados públicos federais concursados e militares federais do quadro efetivo das Forças Armadas.

6. Local

As aulas ocorrerão na Enap campus Asa Sul, localizada no Setor de Áreas Isoladas Sul (SAIS) Área 2-A, CEP 70.610-900, Brasília, DF.

Eventuais aulas de reposição e demais atividades poderão ocorrer em outros locais, previamente informados pela Coordenação do curso.

7. Período e Periodicidade

- Curso não regular;
- Modalidade: presencial;
- Turno: diurno e noturno;
- Duração: até 18 meses;
- Horário de aulas: terças e quartas-feiras das 9 h às 12 h e quintas-feiras das 19 h às 22 h.
- Visitas técnicas em horários a serem combinados.

8. Processo seletivo

Para ingresso no curso, o candidato deverá ser aprovado em processo seletivo, dentro do número de vagas ofertadas, que contempla três etapas consecutivas:

- Análise e avaliação curricular;
- Análise e avaliação de memorial;
- Entrevista.

O processo seletivo será conduzido por comissão de seleção integrada por profissionais da Enap e especialistas contratados para esse fim.

9. Requisitos para ingresso no curso

São requisitos para ingresso no curso:

- I. Ser graduado em qualquer curso de nível superior reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC;

- II. Ser servidor público federal ocupante de cargo efetivo, empregado público federal concursado ou servidor militar federal integrante do quadro efetivo das Forças Armadas;
- III. Pertencer ao público-alvo a que se destina o processo seletivo, conforme Edital;
- IV. Não estar cursando outro programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* ou *Stricto Sensu*, da Enap;
- V. Não ter cursado outro programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* ofertado pela Enap nos últimos dois anos;
- VI. Cumprir com o disposto no Edital;
- VII. Ser aprovado no processo seletivo conduzido pela Enap; e
- VIII. Apresentar os documentos necessários para a efetivação da matrícula.

10. Estrutura Curricular

10.1. Carga horária

A carga horária exigida para obtenção do título de Especialista em Políticas Públicas Agropecuárias, pela Enap, será de 369 horas, a serem completadas em disciplinas obrigatórias.

10.2. Trabalho de Conclusão do Curso (TCC)

Além da carga horária mínima de 369 horas, o aluno terá o prazo de 60 a 120 dias para elaboração e entrega do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC), conforme Regulamento da Enap.

O TCC poderá ser elaborado em um dos quatro tipos básicos abaixo descritos, considerando-se os objetivos propostos:

- Pesquisa teórica: visando a análise e discussão de teorias de base da gestão pública no setor agropecuário;
- Pesquisa metodológica: visando estudar modos de construção de políticas públicas;
- Pesquisa empírica: visando propor novos conhecimentos, apoiada, portanto, em ação que seja de fato real/medida/concreta;
- Pesquisa prática ou pesquisa ação: visando apresentar um ciclo no qual se aprimora a prática, pela oscilação sistemática entre agir no campo da prática e investigar a respeito dela.

Os métodos poderão ser apoiados em entrevistas, análise de documentos, pesquisa de campo ou revisão bibliográfica.

O tema do TCC, em qualquer um dos formatos, deverá ser de alguma forma relacionado com o universo da gestão de políticas públicas agropecuárias, seja do ponto de vista teórico ou conceitual, seja sob uma perspectiva empírica.

O acompanhamento do desenvolvimento dos TCCs será realizado pelo docente orientador (e coorientador, quando pertinente) junto ao aluno a partir de dinâmica por eles estabelecida.

10.3. Grade de disciplinas

As atividades e o conteúdo do curso estão organizados conforme a estrutura abaixo. Recomenda-se garantir uma articulação dos diferentes conteúdos obrigatórios seguindo-se, na medida do possível, a sequência indicada.

Sequência	Disciplinas	Carga Horária
1	Agricultura e ambiente	36
2	Sistemas agrícolas e agroindustriais no Brasil	30
3	Governança em políticas públicas	30
4	Políticas agropecuárias no Brasil	30
5	Economia e políticas públicas agropecuárias	30
6	Regulação do setor agropecuário	24
7	Políticas ambientais e agricultura	24
8	Políticas de desenvolvimento rural	27
9	Segurança jurídica: terra, trabalho e renda	18
10	Análise de políticas para o setor agropecuário	30
11	Gestão de riscos e seguro agrícola	18
12	Gestão e inovação tecnológica na agricultura	15
13	Metodologia de pesquisa	24
14	Oficina de políticas agropecuárias	18
15	Palestras em políticas agropecuárias	15
	Total	369

10.4. Ementa das Disciplinas

1) Agricultura e Ambiente (36 horas)

Ementa: Noções de história da agricultura. Agroecossistemas: fatores físicos, químicos, biológicos, socioeconômicos e territoriais. Características e interações nos agroecossistemas tropicais. Questão ambiental e desenvolvimento: evolução, fatores antrópicos de desequilíbrio ambiental (extinções, destruição de habitats e mudanças climáticas) e cenários para o planeta Terra. Bases teóricas da sustentabilidade: ecossistemas e agroecossistemas; sistemas autônomos x sistemas heterônomos. Visão energética da agricultura. Intensificação da produção x diversificação da produção. Multifuncionalidade da agricultura. Serviços ambientais. Agricultura e patrimônio imaterial. Segurança alimentar x segurança do alimento.

2) Sistemas agrícolas e agroindustriais (30 horas)

Ementa: Diversidade e complexidade de sistemas agrícolas utilizados no Brasil: ambiente, terra e homem. Sistemas de redução x sistemas de convivência. Agricultura e pecuária. Monocultivos, policultivos e sistemas integrados. Sistemas agroindustriais e cadeias produtivas: setor sucroalcooleiro, cadeia de carnes, leite e derivados, setor hortifrutigranjeiro, setor madeireiro, cadeia de fumo. Agricultura familiar e agricultura orgânica. Agronegócio da soja e do milho. Agricultura urbana e periurbana. Organizações setoriais e cooperativas. Tendências nacionais e internacionais no setor.

3) Governança em políticas públicas (30 horas)

Ementa: Conceitos de Estado e governo. Conceitos de instituições públicas e políticas públicas. Conceito de Governança. Gestão pública: origem e desenvolvimento. Escolas, perspectivas teóricas, experiências contemporâneas e debates sobre gestão pública e reformas administrativas. Principais características das relações entre Estado e sociedade no período recente. Cooperativismo e parcerias público-privadas. Etapas da política pública: identificação de demandas e definição da agenda, formulação, implantação e avaliação. Análise sobre políticas públicas: do positivismo ao pós-positivismo. Estado em rede. Descentralização e coordenação. Novos instrumentos de políticas públicas não-hierárquicas.

4) Políticas agropecuárias no Brasil (30 horas)

Ementa: Políticas de desenvolvimento, políticas de defesa e políticas de incentivo. Atores e seus interesses na intervenção do Estado. Formulação de políticas públicas. Relação entre ciência e política pública. Importância de evidências para formulação de políticas públicas. Construção de políticas baseadas em evidências. Tipologias de políticas públicas para agricultura: crédito rural; zoneamento agrícola; seguro rural; comercialização; preço mínimo; programas especiais de fomento setorial e de fomento regional. Câmaras setoriais e câmaras temáticas: função e atuação. Políticas voltadas para a agricultura familiar. Estudos de casos a serem definidos com a turma.

5) Economia e políticas agropecuárias (30 horas)

Ementa: Estado e globalização. Fundamentos de macro e de microeconomia. Natureza e funções de intervenção do Estado na economia. Falhas de mercado x falhas de governo. Distinção entre agropecuária e agronegócio. Participação da agropecuária e do agronegócio no PIB brasileiro. Funções clássicas da agropecuária no processo de desenvolvimento econômico. Interação entre agropecuária e o processo de industrialização. Papel dos incentivos. Livre comércio, protecionismo e subsídios agrícolas. Instrumentos de política econômica que afetam a agropecuária: política fiscal, política monetária, política cambial, política de rendas, política comercial, política de crédito rural, política de preços mínimos, política de pesquisa e extensão rural, políticas específicas para alguns produtos (café, açúcar e trigo) e insumos (fertilizantes e equipamentos), política de uso de recursos florestais. Estudos de casos a serem definidos com a turma.

6) Regulação no Setor Agropecuário (24 horas)

Ementa: Serviços públicos e regulação estatal no setor agropecuário: controvérsias e limitações. Dispositivos constitucionais e legais no setor agropecuário. Normatização de serviços vinculados ao setor agropecuário. Lei Agrícola (Lei nº 8.171/91). Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/64). Lei do Crédito Rural (Lei nº 4.829/65). Plano Agrícola e Pecuário. Conselho Monetário Nacional e resoluções que afetam o setor agropecuário. Zoneamento agrícola. Legislação ambiental em áreas rurais: CAR, APP e Novo Código Florestal. Regulamento e inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal. Estrutura legal para produtos de origem vegetal. Normatização de insumos agrícolas e pecuários. Defesa agropecuária: instrumentos legais, gestão e fiscalização. Legislação do trabalho rural. Estudos de casos a serem definidos com a turma.

7) Políticas ambientais e agricultura (24 horas)

Ementa: Tipo de política ambiental: instrumentos de comando e controle (limites para emissão de poluentes, estabelecimento de normas técnicas, licenças e exigências ambientais, cotas de extração para recursos naturais) e instrumentos econômicos (taxação, subsídios, mercado para poluição). Licenças ambientais. Política Nacional para os Recursos Hídricos. Regulamentações

para poluição do solo e resíduos sólidos. Código Florestal. Cadastro ambiental rural. Estudos de impacto ambiental: potencial e fragilidades.

8) Políticas de desenvolvimento rural (27 horas)

Ementa: Promoção da educação no campo. Promoção da igualdade de gênero, de raça e de etnia no meio rural. Cooperativismo. Assistência técnica e extensão rural. Reordenamento agrário. Políticas para sistemas de base familiar. Políticas de segurança alimentar e nutricional. Políticas de desenvolvimento territorial. Pagamento de serviços ambientais. Políticas de saúde rural. Políticas habitacionais para o meio rural. Políticas de armazenamento de produtos agrícolas, escoamento da produção (infraestrutura e logística) e abastecimento.

9) Segurança jurídica: terra, trabalho e renda (18 horas)

Ementa: Reforma agrária x invasão de terras. Demarcação de terras indígenas; comunidades quilombolas e comunidades tradicionais; regularização de terras na Amazônia. Unidades de conservação. Uso de terras na faixa de fronteira. Legislação do trabalho rural. Violência no campo. Regulação de mercado. Renda no setor agrícola: desigualdades; distribuição; políticas.

10) Análise de políticas para o setor agropecuário (30 horas)

Ementa: Ciclo da política: formação da agenda, formulação, implantação e avaliação. Tipologias de políticas públicas. Processos e agentes na escolha de políticas públicas (partidos políticos, grupos de interesse, burocracias, instituições). Modelos de tomada de decisão: racional, institucionalista, incremental e suas variantes. Dilemas associados à definição de políticas públicas. Análises de políticas que afetam o setor agropecuário, a serem definidas com a turma.

11) Gestão de riscos e seguro agrícola (18 horas)

Ementa: Setor agropecuário: importância e volatilidade. Riscos no setor agropecuário: de produção, de mercado e no ambiente de negócios. Instrumentos de gestão de riscos: investimentos, assistência técnica, políticas. Atores na gestão de riscos: produtores rurais, setor privado, setor público. Estratégias de gestão de riscos: mitigação, transferência, resposta. Seguro agrícola e garantia de preço. Políticas e programas públicos de gestão de riscos agropecuários no Brasil. Desafios na gestão de riscos.

12) Gestão e inovação tecnológica no setor agropecuário (15 horas)

Ementa: Papel da ciência e da tecnologia na modernização tecnológica da agricultura. Inovação tecnológica como estratégia para a competitividade. Tecnologia x aumento da produtividade. Sistemas sustentáveis de produção e efeito poupa terra. Tecnologias de informação e comunicação, tecnologias baseadas em inteligência artificial, biotecnologias, nanotecnologias e tecnologias geoespaciais. Papel do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária. Análise e estratégia tecnológica. Análise de rotas tecnológicas. Tecnologias agroindustriais básicas: metrologia, normalização, certificação, informação tecnológica, design e propriedade intelectual.

13) Metodologia de pesquisa e análise de dados (24 horas)

Ementa: Ciência: senso comum e ciência, tipos de conhecimento, método científico, ciência e espírito científico. Introdução à pesquisa científica. Planejamento da pesquisa científica (finalidades, tipos, etapas, projeto e relatório). Levantamento de informações para pesquisa. Problema e hipóteses de pesquisa. Tipos de dados: qualitativos e quantitativos. Cientificidade do método qualitativo: da entrevista à análise documental. Posturas epistemológicas para a análise

qualitativa: interpretativismo, positivismo, crítica. Métodos descritivos e métodos dedutivos. Medidas básicas em dados quantitativos: média, mediana, moda, variância e desvio padrão. Histogramas. Variáveis aleatórias: conceito, valor esperado, principais variáveis aleatórias contínuas e discretas. Orientação metodológica para a elaboração do trabalho de conclusão do curso. Elaboração de monografias e textos científicos. Normas da ABNT. Pesquisa e revisão de literatura. Orientação para apresentação pública de trabalhos de pesquisa.

Estratégia: Propõe-se que esta disciplina tenha carga horária mínima de aulas expositivas e que seja focada em estudo dos tópicos da ementa, sob orientação do professor (estudo dirigido). Os temas seriam distribuídos entre participantes do curso em função de suas necessidades de conhecimento e/ou aprofundamento no assunto, com apresentação oral para a turma ao final da disciplina de temas previamente selecionados.

14) Oficina de políticas agropecuárias (18 horas)

Objetivo: Estimular o senso crítico e as competências para planejamento e tomada de decisão com relação a elaboração de projetos de políticas públicas para o setor agrícola.

Ementa: Livre.

Estratégia: A turma poderá ser dividida em grupos e cada grupo deverá elaborar uma proposta de adequação de uma política existente ou elaborar nova proposta, envolvendo etapas de planejamento, formulação e acompanhamento. Sugere-se que seja previsto um tempo ao final da Oficina para discussão das propostas e de seu processo de construção.

15) Palestras em políticas agropecuárias (15 horas)

Objetivo: Palestras sobre temas relacionados com o curso, dadas por convidados da ENAP, visando estimular a análise crítica, a aplicação de conhecimentos adquiridos.

Ementa: Temas a serem definidos pela coordenação do curso em conjunto com a turma, dentro dos seguintes eixos: Agricultura Familiar, Defesa Agropecuária, Relações Federativas, Relações Internacionais e Cenários Futuros.

10.5. Metodologia

A metodologia a ser adotada nas disciplinas privilegiará atividades em grupo, exposições dialogadas e estudos de casos, combinada com o compartilhamento e a análise de experiências e práticas, resultando na construção de um conhecimento aplicável no dia a dia dos participantes.